

## FAQ's para Creches e ATL

P: O que são?

R: São alojamentos temporários onde os animais poderão passar o dia completo, sem pernoitar, ou apenas algumas horas, de modo a socializarem com outros animais e pessoas, evitando assim muitas horas sozinhos em casa.

P: Quais os documentos necessários remeter à DGAV para abrir uma creche ou ATL?

R: É necessário o preenchimento dos seguintes documentos:

- ✓ Comunicação prévia
- ✓ Termo de responsabilidade da pessoa interessada
- ✓ Declaração de responsabilidade do Médico Veterinário

P: Para onde devo enviar os documentos?

R: Os documentos deverão ser remetidos por via eletrónica ou por correio, **obrigatoriamente para os serviços regionais da área do alojamento**. Os devidos endereços de e-mail estão disponíveis em [Serviços Regionais – DGAV](#).

P: Se houver alterações no alojamento, o que devo fazer?

R: Caso haja alterações de funcionamento, designação, titularidade, médico-veterinário, cessão de exploração, cessação de atividade ou modificações estruturais é necessário fazer uma alteração à comunicação prévia, preenchendo o formulário da mesma e remetendo o mesmo para os serviços regionais do alojamento.

As alterações devem ser comunicadas à DGAV por via eletrónica no prazo de 15 dias contados da sua ocorrência.

A comunicação de obras de modificação estrutural nos alojamentos devem ser acompanhadas das respetivas plantas.

A alteração de morada não é contemplada nas alterações referidas, sendo necessária cessação de atividade, com novo pedido de comunicação prévia.

Os devidos endereços de e-mail estão disponíveis em [Serviços Regionais – DGAV](#).

P: Qual o próximo passo?

R: A DGAV irá analisar os documentos e verificar que tudo está em conformidade. Será atribuído um número de registo do alojamento, disponível *á posteriori* nas listagens oficiais, no nosso *site*.

P: É necessário pagamento de taxa de comunicação prévia?

R: Não.

P: Alterações nos alojamentos carecem de novo pagamento?

R: Não. Alterações às comunicações prévias não carecem de pagamento.

P: É necessária vistoria ao espaço?

R: Para a comunicação prévia não é necessária vistoria, contudo o espaço será certamente vistoriado mas não no âmbito de abertura do mesmo

P: Quais os requisitos a cumprir?

R: As condições dos alojamentos terão que obedecer ao enquadramento legal do Decreto-lei nº 276/2001, de 17 de outubro, alterado pelo Decreto-lei nº 260/2012 de 12 dezembro e são eles:

- ✓ Colaboradores com formação na área;
- ✓ Rácio colaborador/ número de animais suficiente para o número de animais presentes;
- ✓ Instalações com sistema de proteção contra incêndios, de alarme para aviso de avarias deste sistema;
- ✓ Instalações devidamente higienizadas, periodicidade de limpeza adequada, utilização de produtos não tóxicos e lixo removido regularmente;
- ✓ Registo de entradas, saídas, datas e todas ocorrências no alojamento durante pelo menos 1 ano;
- ✓ As dimensões mínimas estão disponíveis no anexo do Decreto-Lei supracitado, nas tabelas de alojamento em grupo para cães;
- ✓ Instalações equipadas de acordo com as necessidades específicas dos animais que albergam, dispor de espaço adequado para a prática de exercício físico, e dispor de esconderijos para os animais se protegerem sempre que o desejarem;
- ✓ Fatores ambientais (temperatura, ventilação, luminosidade natural/artificial) assegurados;
- ✓ Disponíveis abrigos contra condições climáticas adversas;
- ✓ Água potável sempre disponível, com número de bebedouros suficientes para os animais satisfazerem as suas necessidades sem necessidade de competição;
- ✓ Boa drenagem de águas residuais;
- ✓ Os animais deverão ter em dia a vacinação antirrábica, sendo aconselhada também a vacinação polivalente (Tosse do canil inclusive), e desparasitações interna e externa;
- ✓ Instalações individualizadas para equipamento limpo, lavagem e recolha de materiais/equipamentos, enfermaria e higienização dos animais;
- ✓ Área de recreio coberta e descoberta com estruturas e objetos para enriquecimento ambiental;

**A informação disponibilizada não dispensa a consulta detalhada da legislação em vigor.**